



portalbenews.com.br

TRANSPORTES Sindisan completa 86 anos trabalhando por melhores acessos ao Porto de Santos ▶ **p5**

SANTOS Túnel da travessia de catraias será interditado para obras a partir desta sexta-feira ▶ **p6**



Divulgação

Empresas podem desistir de devolver concessões, decide TCU

Decisão da corte vai impactar principalmente a concessionária do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro ▶ **p3 e HUB**

Divulgação/Governo de São Paulo



SP e Arábia Saudita negociam cooperação e investimentos ▶ **p4**

BR-101/AL Ministério dos Transportes abre licitação para duplicar via em terras indígenas ▶ **p3**

CAPRINOS Arábia Saudita abre mercado e anuncia que irá importar animais brasileiros ▶ **p4**

NOVA ROTA Rio Brasil Terminal terá novo serviço que conecta Europa à América do Sul ▶ **p4**

EDITORIAL

Um novo horizonte para as concessões públicas

A decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as concessões de infraestrutura nessa quarta-feira, dia 2, é um marco para o setor, abrindo caminho para uma maior capacidade de negociação entre o Governo e as empresas concessionárias. Com a permissão para desistência da devolução de ativos, a gestão de empreendimentos estratégicos, como o Aeroporto Internacional do Galeão, ganha fôlego e o País vislumbra novas oportunidades de investimentos e desenvolvimento.

A mudança de cenário torna-se evidente quando se analisam as implicações da decisão. A empresa Changi, que administra o Galeão, havia solicitado a devolução do aeroporto ao Governo Federal em meio à turbulência causada pela pandemia de Covid-19. No entanto, com a retomada gradual do setor aéreo, sinalizou o desejo de desistir da devolução. A decisão do TCU, ao permitir a flexibilização das obrigações de investimento assumidas pelas empresas, torna possível a celebração de termos aditivos ao contrato, viabilizando uma solução conjunta para a manutenção da operação aeroportuária.

Além dos impactos positivos específicos para o Aeroporto do Galeão, a determinação do TCU estabelece um importante precedente para outras concessões em análise. Sete processos de relicitação estão em pauta, abrangendo ferrovias, aeroportos e rodovias em diferentes regiões do País. A medida não só destrava investimentos e promove a segurança jurídica dos contratos, mas também qualifica o serviço público e fortalece a relação entre o setor privado e o poder público.

O resultado do julgamento é significativo para o Brasil, trazendo um novo horizonte para as concessões públicas e a perspectiva de ampliar investimentos em até R\$ 40 bilhões até 2026. A decisão do TCU também contribui para a retomada econômica do País, fomentando a geração de empregos e estimulando o crescimento de setores estratégicos.

A iniciativa governamental de buscar soluções conjuntas com as empresas é louvável, promovendo um ambiente mais propício à colaboração entre os setores público e privado. Essa postura permitirá uma maior agilidade na resolução de questões relacionadas à gestão de concessões, fortalecendo a governança e impulsionando os programas de investimentos em infraestrutura.

Nesse sentido, é essencial que o Governo Federal, juntamente com as empresas concessionárias, busque soluções alinhadas ao interesse público, assegurando o desenvolvimento equilibrado e sustentável do país. A flexibilização das obrigações de investimento, quando embasada em critérios transparentes e criteriosos, representa uma via para o aprimoramento dos empreendimentos e a oferta de serviços mais eficientes à sociedade.

Por fim, a decisão do TCU reforça a importância da análise minuciosa de cada caso, considerando as particularidades e necessidades de cada concessão. É fundamental que o diálogo entre os atores envolvidos seja constante e voltado para a busca de soluções que tragam benefícios reais à população e promovam o progresso do país. A decisão proferida é um passo significativo rumo ao avanço das concessões públicas de infraestrutura, impulsionando o Brasil em direção a um futuro promissor.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- Empresas recebem aval do TCU para desistir de devolver concessões

HUB

- Decisão do TCU também permite renegociação de concessões sem novas licitações

NACIONAL

- Ministério dos Transportes abre licitação para duplicar via em terras indígenas
- SP e comitiva da Arábia Saudita debatem futura cooperação e investimentos

País árabe vai importar caprinos brasileiros

Rio Brasil Terminal terá novo serviço que conecta Europa à América do Sul

REGIÃO SUDESTE

- Sindisan completa 86 anos trabalhando por melhores acessos ao Porto de Santos
- Túnel da travessia de catraias será interditado para obras a partir de sexta-feira

Prefeitura de Guarujá inicia reestruturação viária de acesso ao futuro aeroporto

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jaclyra Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena,
Vanessa Pimentel e Vitória Malafati

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

(11) 91615.1200



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Renegociação

A decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) permitindo que concessionárias públicas desistam dos pedidos de devolução de seus ativos de infraestrutura pública, aprovada nessa quarta-feira, dia 2, também possibilita que elas renegociem seus contratos de concessão sem ter de realizar uma nova licitação. A decisão libera o Governo Federal para colocar em prática seu projeto de modernizar contratos do setor. O Ministério dos Transportes, por exemplo, esperava essa liberação para alterar alguns termos de concessões rodoviárias, o que possibilitará ampliar os investimentos em estradas federais em até R\$ 100 bilhões.

H2V 1

Os primeiros estudo e relatório de impacto ambiental (EIA-Rima) para a implantação de um projeto de produção de hidrogênio verde (H2V) em larga escala no Brasil foi apresentado ontem, quarta-feira, em audiência pública em Pecém, no Ceará. Os documentos foram elaborados pela Fortescue, empresa internacional de metais e energia verde e que pretende instalar uma planta de H2V no Complexo Industrial e Portuário de Pecém. A unidade terá o potencial de produzir 837 toneladas do combustível por dia, consumindo 2.100 megawatts de energia renovável. Cerca de 5 mil empregos devem ser gerados na fase de construção.

H2V 2

Segundo o diretor da Fortescue no Brasil, Luís Viga, a planta planejada por sua empresa vai impulsionar a economia verde no Ceará. "O hidrogênio verde permitirá o estabelecimento de indústrias verdes em grande escala, que impulsionarão o crescimento e criação muitos empregos para a economia brasileira", afirmou.

Inovação

O Grupo Wilson Sons está entre as cinco empresas mais inovadoras dos setores de transportes e logística no Brasil, segundo o Anuário Valor Inovação Brasil 2023, divulgado nesta quarta-feira.

Despachantes

A segunda edição do Conexão Aduana será realizada hoje, a partir das 9 horas, pelo Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos (Sdas), no auditório de sua sede, no Centro de Santos. O evento contará com as apresentações Portal Único e Duimp, com o gerente do Programa Portal Único de Comércio Exterior da Receita Federal, Alexandre Zambrano, e Blockchain e Catálogo de produtos, com o analista da Receita Federal Elton Busarello.

Empresas recebem aval do TCU para desistir de devolver concessões

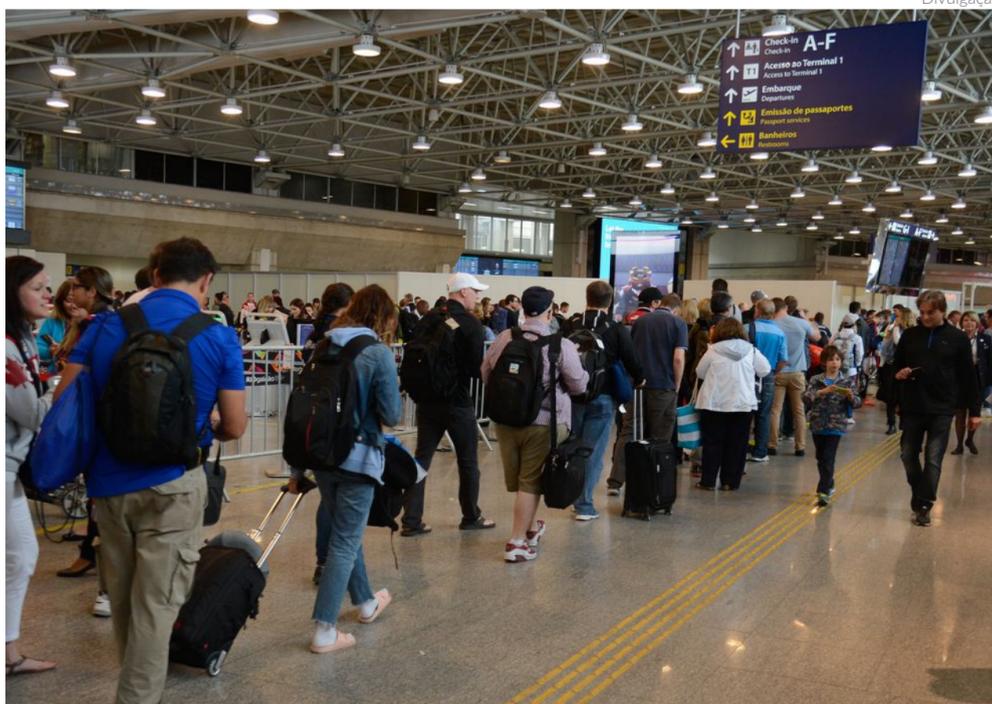
Decisão da corte vai impactar principalmente a concessionária do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) concedeu, nesta quarta-feira, 2, o aval para que as empresas que administram concessões no setor da infraestrutura desistam de devolver os ativos. A decisão vai impactar principalmente a gestão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro.

O processo foi analisado pelo TCU a pedido do Ministério de Portos e Aeroportos. Anteriormente, o Tribunal já havia pautado a peça três vezes, mas as sessões foram adiadas. A Changi, empresa que administra o Galeão, pediu para devolver o aeroporto para o Governo Federal no início de 2022, mas no final do ano passado com a retomada do setor aéreo pós-pandemia de Covid-19 sinalizou que gostaria de desistir da devolução.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, acompanharam a sessão. "Eu quero agradecer muito a decisão do Tribunal (...) E não é o caso só do Galeão, não é o caso só de Viracopos (SP), mas das rodovias em várias atividades do Brasil que a gente



A Changi, empresa que administra o Galeão, pediu para devolver o aeroporto em 2022, mas com a retomada do setor aéreo, sinalizou que gostaria de desistir da devolução

vai poder ter soluções", disse França.

O ministro Renan Filho disse que a decisão do TCU é um "divisor de águas para as concessões no país". "Destrava investimento, dá segurança e qualifica o serviço público. A expectativa é ampliar o investimento em R\$ 40 bilhões até 2026", afirmou.

O TCU estabeleceu 15 condições para o fim da licitação. Entre elas estão a licitação formal da empresa e o interesse público na manutenção da concessão. Atualmente, sete processos de relicitação estão em análise pelo tribunal. São

eles: Ferrovia Malha Oeste; Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN); Aeroporto de Viracopos (SP); Aeroporto do Galeão (RJ); BR 163 (MS); BRs 060, 153, 262 (DF, GO e MG) e BR 040 (DF, GO, MG).

Segundo o ministro Márcio França, a Changi ainda não formalizou a intenção de manter a administração do Galeão, mas lembrou que a empresa estava aguardando a decisão do TCU. "Se eventualmente a empresa voltar atrás, nós aceitaremos que ela volte. Se (a empresa voltar e) amanhã ela tiver problema, vai caducar no contrato dela e então, a gente vai

tomar a concessão", explicou França.

Com a decisão, o TCU abriu a possibilidade de as empresas e a União assinarem um termo aditivo ao contrato, com flexibilização das obrigações de investimento assumidas pelas empresas.

Em nota, a Changi afirmou que tomou conhecimento sobre a decisão do TCU. "A Changi reafirma seu interesse em buscar uma solução conjunta com o Governo Federal que permita ao RIOgaleão manter a operação aeroportuária, respeitadas as condições estabelecidas pelo tribunal", afirmou a empresa.

Ministério dos Transportes abre licitação para duplicar via em terras indígenas

Ministro Renan Filho assina termo de ajustamento de conduta que permite a duplicação de trecho da BR-101-AL

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

permite a retomada da duplicação de 12 quilômetros da BR-101/AL.

Segundo o Ministério, este é o primeiro TAC assinado pelo Governo Federal para realização de obras de infraestrutura em rodovia federal que atravessa terras indígenas.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou na quarta-feira, 2, um termo de ajustamento de conduta (TAC) que

assegura que as obras de duplicação da rodovia serão realizadas com o devido respeito aos territórios ancestrais e modos de vida das comunidades", informou Renan Filho.

Segundo o ministro, foram 17 anos de discussão para a execução das obras, mas sem êxito anteriormente. "Serão investidos R\$ 225 milhões nas

obras que beneficiarão mais de 100 mil pessoas que moram nas proximidades", explicou o ministro.

As obras ficarão a cargo do Departamento Nacional de Trânsito (Dnit). Renan Filho também informou que em setembro outra licitação para a duplicação de vias em dois povoados de Alagoas - Junqueiro e São Sebastião - será aberta.

NACIONAL

SP e comitiva da Arábia Saudita debatem futura cooperação e investimentos

Autoridades debateram assuntos como produção agrícola, hidrogênio verde e indústria de alimentos

Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

CÁSSIO LYRA
cassio@forumbrasilexport.com.br

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual, a comitiva saudita liderada pelo ministro de Investimentos da Arábia Saudita, Khalid Al-Falih. No encontro, foram debatidos assuntos como a alta capacidade agrícola de São Paulo, a produção do gás, além de temas como turismo e indústria de alimentos.

Tarcísio de Freitas fez uma apresentação das áreas consideradas prioritárias para investimento no Estado. Os tópicos apresentados foram a produção do biometano, etanol e hidrogênio verde e a instalação de um parque industrial pujante.

“Temos tomado medidas para estimular o investimento, sobretudo no campo tributário. Essas ações têm sido feitas para facilitar, para desburocratizar o investimento e a instalação de novas empresas. Nos cinco primeiros meses deste ano, o PIB



O governador Tarcísio de Freitas apresentou ao ministro de Investimentos da Arábia Saudita, Khalid Al-Falih, as áreas consideradas prioritárias para investimento no Estado

do estado de São Paulo cresceu 2,3%. Tivemos a maior geração de empresas da nossa história, foram mais de 340 mil novas empresas criadas nesses meses e tivemos uma geração positiva de empregos, 240 mil novos postos de trabalho”, disse o governador.

O ministro de Investimentos da Arábia Saudita comentou sobre uma boa impressão a respeito da economia de São Paulo

e citou preocupações locais principalmente a respeito da segurança alimentar, comentando que o país e o Estado podem fornecer essa carência.

“É um recurso muito importante e significativo para nós na Arábia Saudita. Temos planos bem detalhados para fornecer alimentos que serão cultivados na água por meio da aquicultura, usando agrotecnologia verde e novas tecnologias,

mas só podemos produzir com certas quantidades substanciais de nossos alimentos. Sabemos que o Brasil e São Paulo fornecem a melhor fonte sustentável para isso”, analisou.

Além do ministro dos Investimentos, a comitiva da Arábia Saudita em São Paulo contou com as presenças do chefe do Escritório para as Américas, Abdulrahman Bakir, do vice-ministro adjunto para Pro-

moção de Investimentos, Abdulmajeed Albadrani, e do embaixador da Arábia Saudita em Brasília, Faisal bin Ibrahim Ghulam, além de empresários do país árabe.

Tarcísio estava acompanhado dos secretários Lucas Ferraz, de Negócios Internacionais, Natália Resende, de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Arthur Lima, secretário-chefe da Casa Civil, Rafael Benini, de Parcerias em Investimentos, Juliana Cardoso, representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico, e Rui Gomes, da Investe SP.

Na ocasião, foi assinado um memorando de entendimento da Investe SP com a Saudi Invest, ligada ao Ministério de Investimentos da Arábia Saudita.

Honraria

Antes do início da reunião entre as autoridades, o governador de São Paulo fez a entrega da medalha Ordem do Ipiranga, a mais alta honraria concedida pelo Estado de São Paulo, ao ministro Khalid Al-Falih.

País árabe vai importar caprinos brasileiros

Medida foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em missão oficial ao país

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A Arábia Saudita abriu seu mercado e irá importar caprinos brasileiros, segundo anúncio feito pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, após reunião com o Ministério do Meio

Ambiente, Águas e Agricultura (MEWA) do país árabe na última segunda-feira (31).

Com essa abertura, o Brasil acumula 25 novos mercados de exportação para produtos da agropecuária desde o início deste ano. O país tem rebanho de 11,3 milhões de caprinos, principalmente no Nordeste. Os estabelecimentos interessados em exportar seus produtos devem buscar a habilitação

junto ao Ministério da Agricultura brasileiro.

De acordo com o IBGE (2019), o Brasil é o 21º produtor de caprinos com um rebanho de aproximadamente 11,3 milhões, concentrado, majoritariamente, na região Nordeste do país.

“É um país que está investindo e fazendo grandes parcerias com o Brasil, que avançou com a liberação para a exporta-

ção de caprinos. É uma grande conquista”, disse Fávaro, em vídeo publicado nas suas redes sociais ao finalizar viagem ao país.

Antes de encerrar a missão ao país, o Ministério da Agricultura negociou a formação de um grupo de trabalho para estruturar a parceria em um programa de conversão de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis.

Influenza Aviária

Também foram realizadas as tratativas para a regionalização do protocolo de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), em caso de detecção de focos em granjas comerciais. O Brasil mantém o status de país livre da doença, sem registros em criações comerciais. Até agora, são 72 casos em aves silvestres e dois em aves de criações domésticas.

Rio Brasil Terminal terá novo serviço que conecta Europa à América do Sul

Os portos brasileiros farão parte da rota são Santos, Paranaguá, Itapoá e Rio de Janeiro

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A partir do mês de setembro, a Rio Brasil Terminal vai passar a contar com a escala de um novo

serviço que prevê conectar a Europa e o Mediterrâneo à costa leste da América do Sul. Segundo a empresa, o serviço é operado por uma joint da Cosco, ONE e OOCL, beneficiando principalmente clientes dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os portos brasileiros que vão fazer parte dessa nova rota a partir do mês que vem são os terminais de Santos, Paranaguá, Itapoá e o do Rio de Janeiro.

O novo serviço terá a linha: Roterdã (Holanda) - London Gateway (Reino Unido) - Hamburgo (Alemanha) - Antuérpia (Bé-

gica) - Lisboa (Portugal) - Algeciras (Espanha) - Santos (Brasil) - Paranaguá (Brasil) - Montevideu (Uruguai) - Buenos Aires (Argentina) - Itapoá (Brasil) - Paranaguá (Brasil) - Santos (Brasil) - Rio de Janeiro (Brasil) - Algeciras (Espanha) - Roterdã (Holanda).

“Reafirmamos que nosso compromisso é entregar mais do que um serviço, soluções eficientes que agreguem valor a sua cadeia logística, como toda parceria deve ser”, destacou Eduardo Mendes Gallo, diretor de Comunicações da Rio Brasil Terminal.

REGIÃO SUDESTE

Sindisan completa 86 anos trabalhando por melhores acessos ao Porto de Santos

Referência na defesa do transporte rodoviário no estado de SP, entidade fez aniversário no dia 1º de agosto

BRUNO MERLIN
bruno@forumbrasilexport.com.br



Apoiando a realização de investimentos nas ligações rodoviárias ao cais santista, o Sindisan está alinhado ao Grupo Brasil Export no "Movimento pelo Sim"

O Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan) chega aos 86 anos defendendo melhores condições de acesso ao Porto de Santos, não apenas o principal da região, como o mais movimentado do Brasil. Referência na defesa do transporte rodoviário no estado de São Paulo, a entidade fez aniversário na última terça-feira, dia 1º de agosto.

Apoiando a realização de investimentos nas ligações rodoviárias ao cais santista, o Sin-

disan está alinhado ao Grupo Brasil Export no "Movimento pelo Sim", trabalhando junto às autoridades pelo aperfeiçoamento da infraestrutura de transportes, em especial por uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista.

Desde 1937, explica o pre-

sidente André Neiva, o sindicato representa os interesses do transportador rodoviário de carga "com a certeza de que muito já foi feito, mas ainda há muito a se fazer". Segundo ele, a frota atual de seus associados conta com caminhões de ponta, com altíssima tecnologia em-

barcada, sistemas de gerenciamento de risco e rastreamento, além de outras facilidades. "Sem contar os processos relativos aos documentos, cada vez mais digitalizados, trazendo melhorias contínuas para o setor".

A dificuldade de acesso ao Porto de Santos, no entanto, é o elo mais frágil para a competitividade das operações de transporte de carga no litoral paulista, observa Neiva.

"Desde que foi inaugurada em 1947, a Rodovia Anchieta é o único meio de ligação dos caminhões entre a Baixada San-

tista e a Capital. As críticas dos usuários são frequentes e, mesmo sabendo da importância dos caminhões na rotina diária da sociedade, eles são sempre alvos de reclamações. Sem dúvida, o acesso é a nossa pauta mais antiga. Lutamos por melhores condições incessantemente, mostramos às autoridades de todas as esferas as necessidades de melhorias e o quanto esta falta de infraestrutura adequada afeta a produtividade do maior complexo portuário da América Latina. Mas nossa força, neste quesito, é limitada a reivindicar e argumentar".

Atualmente, o Sindisan é presidido por André Neiva, tendo como vice-presidentes os empresários Roseneide Fassina e João Manoel Alves Pinto.

VEM AÍ

CENTRO-OESTE EXPORT 2023

PROGRAMAÇÃO - 7 DE AGOSTO
SEGUNDA-FEIRA

7 E 8 DE AGOSTO
SORRISO - MT

- 9h15 - Recepção na sede da Caramuru em Sorriso
- 10h15 - Visita à unidade de biodiesel
- 10h45 - Visita à área de armazenagem
- 12h00 - Almoço
- 15h00 - InfraJur - Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes
- 18h30 - Solenidade de Abertura com autoridades

Participação presencial exclusiva para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas pela organização

Brasil Export, discutindo ideias e apontando caminhos

Acesse o QR code para conferir a programação atualizada diariamente:

forumbrasilexport.com.br



CENTRO-OESTE EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PATROCÍNIO



INICIATIVA



PRODUÇÃO



MÍDIA OFICIAL



REGIÃO SUDESTE

Túnel da travessia de catraias será interditado para obras a partir de sexta-feira

Presidente da APS, Anderson Pomini, disse que espera conclusão dos trabalhos em 20 dias

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa pública gestora do Porto de Santos, anunciou que vai interditar nesta sexta-feira (4 de agosto), às 12 horas, o túnel utilizado pela travessia de catraias, que liga o canal do Porto à Baía do Mercado, em Santos. Segundo a APS, o local passará por obras de manutenção e a data para interdição foi definida em decisão acompanhada pela Capitania dos Portos de São Paulo e da Associação dos Catraieiros.

Enquanto durar a interdição, os usuários vindos de Vicente de Carvalho (Guarujá) desembarcarão em flutuante especialmente preparado junto ao Armazém 15, e seguirão a pé por trecho do cais até atravessarem a avenida perimetral na margem direita e acessarem a



Divulgação/APS

O trecho de desembarque montado provisoriamente foi vistoriado nesta semana pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini

O mesmo trajeto será feito no retorno dos usuários. Vale lembrar que este trajeto a pé, tanto para desembarque como para embarque, já é realizado com frequência quando a cheia da maré obriga a interdição do túnel.

Por determinação do presidente da APS, haverá presença constante de equipes da Guarda Portuária no trecho do cais a ser percorrido pelos usuários das catraias, garantindo segurança nos cruzamentos por onde passam trens e caminhões. Também será providenciada iluminação nas áreas cercadas por vegetação, próximo à Avenida Perimetral.

De acordo com Pomini, ele espera ver a conclusão dos serviços em 20 dias.

“É uma medida provisória

enquanto reforçamos todo o teto do túnel. A instalação do flutuante foi inspecionada pela Capitania dos Portos e teve o acompanhamento constante do presidente da Associação dos Catraieiros, Fernando Miranda. A obra acontece para dar mais segurança aos usuários e para evitar acidentes como o ocorrido no dia 26, quando um pedaço de concreto atingiu uma passageira das catraias”, disse o presidente da APS.

Obras

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos, a interdição do túnel precisa ser feita a fim de se evitar acidentes. A APS citou uma ocorrência no dia 23 de julho, quando um pedaço de concreto do forro caiu sobre uma passageira, causando ferimento. A vítima precisou ser encaminhada a um hospital, onde passou por atendimento e foi liberada.

Baía do Mercado. O trecho de desembarque montado provisoriamente foi vistoriado nesta

semana pelo presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini.

APS vai construir rampa para ciclistas na passarela da Alfândega

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa) aprovou a construção de uma rampa para o acesso de bicicletas junto à passarela que faz a travessia de acesso ao cais, ao lado da Alfândega, sobre a Avenida Perimetral da margem direita do Porto de Santos. O anúncio foi feito após uma solicitação da Autoridade Portuária de Santos (APS), atendendo aos ciclistas que fazem o percurso diariamen-

te da travessia marítima entre Santos e Vicente de Carvalho.

De acordo com a APS, a obra será realizada pela Rumo Logística, visando terminar com o problema enfrentado pelos ciclistas que utilizam diariamente a passarela, que foi construída pela mesma empresa em 2022.

O diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, recebeu a confirmação da concessionária

de empresas da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) de que as obras vão começar no dia 1º de setembro.

Segundo a APS, muitos ciclistas utilizam o elevador para entrar e sair da passarela. Isso por conta da inclinação da canaleta de condução das bicicletas, que fica junto às escadas. Os ciclistas não conseguem empurrá-las na subida nem segurá-las na descida.

Prefeitura de Guarujá inicia reestruturação viária de acesso ao futuro aeroporto

Intervenções envolvem serviços de drenagem, calçadas, guias, sarjetas, acessibilidade e pavimentação

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A Prefeitura de Guarujá, no litoral de São Paulo, iniciou na última semana as obras de reestruturação viária do acesso ao futuro Aeroporto Civil Metropolitano, localizado na Base Aérea de Santos. Segundo a Administração, as intervenções envolvem serviços de drenagem, calçadas, guias, sarjetas, acessibilidade e pavimentação.

Conforme comunicado pela Prefeitura, as obras de reestruc-

turação vão ocorrer por faseamento, a partir de trechos, a fim de evitar transtornos à população na mobilidade urbana.

Na primeira etapa, os maquinários se concentraram na Avenida Áurea Gonzales de Conde, no trecho que dá sentido à Rodovia Cônego Domênico Rangoni. De acordo com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, a segunda etapa da reestruturação viária ainda está em fase de licitação e contemplará a Avenida Presidente Vargas (trecho entre a Avenida Acaraú e a Rua São Paulo) e a Rua São Paulo até a Avenida Castelo Branco, no

Na primeira etapa, os maquinários se concentraram na Avenida Áurea Gonzales de Conde, no trecho que dá sentido à Rodovia Cônego Domênico Rangoni

bairro Jardim Cunhambebe.

Com o início das obras, o trecho da Avenida Áurea Gonzales de Conde ficará parcialmente interditado durante o período das obras. Os condutores devem utilizar como rota alternativa a Rua Benedito Justino de Paula.

De acordo com a Prefeitura, o valor do investimento é de R\$ 7.855.345,56, sendo que parte do recurso é proveniente do Departamento de Apoio ao



Hygor Abreu/Prefeitura de Guarujá

Desenvolvimento das Estâncias (Dade), ligado à Secretaria de Estado do Turismo, e o restante

oriundo de contrapartida municipal. A empresa responsável pelos serviços é a Auditerra.